

ESTUDO INTRODUTÓRIO

A arte da guerra, como todas as outras artes, possui a sua teoria e os seus princípios, sem o que não seria uma arte.

Ferdinand Foch

Não creio que Jomini tenha afirmado o que quer que seja que possamos designar de propriamente falso, mas fez muitas vezes passar por essencial o que não é senão accidental.

Clausewitz

As obras de Clausewitz foram incontestavelmente úteis, ainda que, muitas vezes, isso se deva menos às ideias do autor do que às ideias opostas que faz nascer.

Jomini

Quando Jomini decidiu intitular de *Compêndio da Arte da Guerra* a obra que aqui apresentamos, fez uma definição muito objectiva do que pretendia com o seu escrito: ensinar. Essa faceta didáctica da obra é um dos aspectos que mais a distinguem de outras em que a palavra *Guerra* ou mesmo a expressão *Arte da Guerra* aparece no título, mas cuja forma de apresentação não é tão eminentemente escolar como a deste *Compêndio*. Das obras de referência, a que mais se aproxima deste conceito de manual é, porventura, a *Arte da Guerra* de Maquiavel – obra também publicada na presente colecção –, em cujo Estudo Introdutório tive ocasião de referir:

«A *Arte da Guerra*, como o próprio nome sugere, é, assim, algo de muito semelhante a um moderno Regulamento de Operações, valorizado com a inclusão de várias outras matérias militares: recrutamento, fortificação, arte de comandar, medidas de decepção e segu-

rança, treino de tropas, e, acima de tudo, regime disciplinar e gestão do moral. Este tipo de obra, marcadamente técnica, poderá explicar o menor debate que a mesma tem conhecido, a nível mundial, quando comparado com os quase cinco séculos de comentários provocados pelo resto das obras de Maquiavel. No primeiro caso, a discussão pouco extravasa o meio militar. No segundo, porém, as paixões inerentes ao debate político e ao exercício do poder facilmente catapultaram as obras do escritor florentino para o patamar superior dos grandes clássicos da literatura mundial.»¹

Estas características ajudam a perceber a razão pela qual o autor não é tão conhecido como Clausewitz. De facto, como notou John Shy, «três nomes sobressaem no período formativo do moderno pensamento militar: Napoleão, Clausewitz e Jomini. Napoleão e Clausewitz são nomes conhecidos até dos ignorantes de história, mas o de Jomini apenas é familiar para os especialistas militares, apesar da sua influência tanto na teoria militar como nas concepções populares da guerra ter sido enorme.»²

No entanto, seria errado pensar que o interesse deste livro se esgota no âmbito puramente técnico-militar. Se é certo que, sobretudo para os militares de carreira, a faceta didáctica é de grande peso, não é menos certo que a obra de Jomini é de um extraordinário valor histórico, reconhecido mundialmente pelos maiores especialistas da matéria.

Como sucede frequentemente com as personalidades de carácter forte e que perseguem com apaixonada devoção um objectivo bem definido, a origem nacional e a preparação profissional do célebre autor em nada favoreciam o percurso que veio a seguir. Tendo subido na vida pela difícil escada do mérito e sob os olhares invejosos de muitos dos seus companheiros de armas, a figura de Jomini merece bem que dele falemos um pouco, antes de iniciarmos a apreciação deste *Compêndio*.

(1) David Martelo, «Estudo Introdutório», in Nicolau Maquiavel, *A Arte da Guerra*, Edições Sílabo, Lisboa, 2006, p. 25.

(2) John Shy, *Jomini*, in *Makers of Modern Strategy – From Machiavelli to the nuclear age*, Ed. Peter Paret, Clarendon Press – Oxford, 1986, p. 143.

Notas biográficas

Antoine-Henri Jomini nasceu, em 6 de Março de 1779, em Payerne, no cantão de Vaud, na Suíça, onde o seu pai desempenhava as funções de secretário comunal e notário. Contrariamente ao que o seu apelido pode sugerir, a família Jomini não era de origem italiana, tendo as suas raízes no distrito de La Broye, no confinante cantão de Fribourg. Antoine-Henri estudou no colégio de Payerne e desde muito jovem que, nas brincadeiras e jogos com os seus companheiros, mostrava um patente interesse por aqueles que simulavam combates mais ou menos bem arquitetados. Em 1793 e 1794, como resultado da orientação para o comércio que lhe fora imposta pelos pais, estudou francês, alemão, aritmética e geografia num internato de Aarau, donde seguiu para Basileia. Aqui, pela primeira vez, viu o que era um exército, dado que, por essa altura, os Franceses ameaçavam a cidade. Em 1796, com a idade de 17 anos, entra como empregado da casa Mosseleimann, em Paris, tornando-se, posteriormente, corretor de câmbios, mas nunca deixou de se interessar pelo fenómeno da guerra, prosseguindo as suas leituras sobre temas militares, designadamente as obras póstumas de Frederico II da Prússia. Do ponto de vista emocional, Jomini deixou-se, então, arrebatado pelas notícias das vitórias de Napoleão, em Itália, tal como faziam, na época, a maioria dos cidadãos franceses.

No final de 1798, Jomini entrou para o serviço do ministério da Guerra da República Helvética. Até então, nunca existira um exército nacional helvético, mas somente uma grande variedade de milícias. Era preciso criar tudo de base, oportunidade que permitiu a Jomini prestar importantes serviços ao seu país. Esta circunstância é tanto mais espantosa quanto é certo que se tratava de um jovem que ainda não completara 20 anos e cuja experiência militar se resumia a um entusiástico estudo das melhores obras a que pudera ter acesso. O reconhecimento da sua invulgar competência viria logo a 23 de Abril de 1800, quando foi promovido a comandante de batalhão. No entanto, menos de um ano depois, em Fevereiro de 1801, achando que a situação em que se encontrava não estava à altura do seu talento, demitiu-se das suas funções. Neste gesto de inconformismo, revelava já um carácter altivo e irascível, que lhe dava uma imagem pouco propícia a gerar simpatias. De resto, esta característica temperamental iria prejudicar a sua aceitação nos meios militares onde a sua carreira haveria

de prosseguir, com a importante agravante de ser estrangeiro, tanto em França, inicialmente, como, posteriormente, na Rússia.

De regresso a Paris, foi trabalhar para uma fábrica de equipamentos militares, da qual se retirou, em 1803, para, a partir de então, se dedicar exclusivamente ao estudo da guerra. Em 1805, dá-se o encontro com o marechal Ney, a quem proporciona a leitura do seu *Traité de grande tactique*, que tinha acabado de escrever. Ney não escondeu o entusiasmo que essa leitura lhe havia causado, adiantando algumas verbas para a sua publicação e propondo levá-lo, como voluntário, para o campo de Boulogne, na qualidade de ajudante-de-campo, o que Jomini aceitou de bom grado. A troca de ideias entre Ney e Jomini prosseguiu em Boulogne, no âmbito do 6.º Corpo de Exército, fazendo nascer uma onda de ciúmes contra o jovem suíço (tinha então 26 anos) que, assim, se introduzira no círculo mais íntimo do marechal.

Na campanha de 1805, Jomini já esteve sempre ao lado de Ney – na batalha de Ulm, designadamente –, que o ouvia com respeito e crescente confiança. No final desse ano, encontrando-se Napoleão em Viena, ouviu falar de Jomini, por o secretário de Estado Maret lhe ter lido algumas passagens do seu *Traité de grande tactique*, mas no ano seguinte, os dois homens encontram-se pessoalmente, ficando o suíço adido ao estado-maior do imperador. Continua a escrever e a apresentar soluções e previsões de acontecimentos cada vez mais notáveis, ao mesmo tempo que está presente em batalhas importantes (como Eylau, em 1807, por exemplo), cujo estudo presencial o credita, cada vez mais, com a dupla legitimidade do estudo e da experiência. Entre outros escritos famosos, aparecem, então, em tomos sucessivos, o *Traité des grandes opérations militaires* e a *Histoire critique et militaire des campagnes de la Révolution*.

Em 1807, Jomini volta para junto de Ney, assumindo as funções de chefe de estado-maior do 6.º corpo de exército (com apenas 28 anos), e, em Julho do ano seguinte, é feito barão do Império. É desse ano que data a primeira aproximação dos Russos ao já famoso militar suíço, com o intuito de o levar a emigrar para aquele país para desempenhar funções de conselheiro militar.

Entretanto, a relação amistosa com Ney viria a ser interrompida por uma zanga ocorrida durante a campanha de Espanha, fazendo com que Napoleão o transferisse para adjunto do marechal Berthier, chefe do estado-maior imperial. É um momento de viragem na vida de

Jomini, porque Berthier não esconde a animosidade que lhe dedica. O general suíço acaba por optar pela demissão, em carta de 28 de Outubro de 1810. Napoleão recusa a demissão de Jomini e promove-o ao posto de general de brigada. Durante a campanha da Rússia, em 1812, é nomeado, sucessivamente, governador de Vilna e de Smolensk. O desempenho dessas funções permite-lhe evitar o confronto directo com as tropas do czar, relativamente ao qual se sente em dívida. No final desse ano de 1812, adoece e só retoma funções em Maio de ano seguinte. Reconcilia-se, então, com Ney e volta a desempenhar as anteriores funções de chefe de estado-maior do respectivo corpo de exército. Apoia-o com grande perspicácia na batalha de Bautzen, o que levou Ney a propor a sua promoção ao posto de general de divisão. Esta proposta, porém, teve de se avir, uma vez mais, com a animosidade que Berthier dedicava a Jomini. Não só não concordou com a recompensa proposta como repreendeu Jomini por um seu alegado atraso na comunicação do relatório de situação do 6.º corpo e pô-lo sob prisão.

Tinha chegado o momento da ruptura entre Jomini e o exército francês. Em 14 de Agosto de 1813, Jomini vai a Praga juntar-se ao czar Alexandre I. Não faltaram as vozes a acusar Jomini de traição. Napoleão teve, sobre este caso, uma posição bem mais moderada. Admitindo que também não ficara agradado com a mudança de campo, o imperador, no seu exílio de Santa Helena, haveria de reconhecer que Jomini não podia ser acusado de traição, porque, sendo suíço, tinha o direito de escolher a bandeira sob a qual pretendia servir.

Nas derradeiras campanhas da era napoleónica, Jomini estará presente, na sua qualidade de general russo e de conselheiro do czar, nas batalhas de Dresden e de Leipzig, fazendo parte do estado-maior aliado.

Terminada a guerra, marca presença no Congresso de Viena, sempre na qualidade de conselheiro de Alexandre I. Dessa presença nos dá conta o autor nesta obra, ao relatar os encontros que teve com o duque de Wellington e com o arquiduque Carlos da Áustria. Mais tarde, participa igualmente no Congresso de Verona, em 1822. A partir de então, passa a dividir o seu tempo entre a Suíça natal, a França e a Rússia. O czar confia-lhe a educação militar dos grão-duques Nicolau e Miguel. Entretanto, continua a escrever e a publicar a sua vasta obra, mas não deixa de prosseguir, também, a sua peculiar carreira militar.

Assim, em 1828, acompanha o czar Nicolau I na campanha contra a Turquia, desempenhando um papel destacado no planeamento e condução das operações que levaram à conquista de Varna.

Começa, então, a acalentar o projecto de reunir numa só obra todas as ideias sobre a arte da guerra que tinha vindo a dispersar por vários escritos. Em 1830, surge um primeiro esboço, a que dá o título de *Tableau analytique des principales combinaisons de la guerre*. Mas não será, ainda, a fórmula definitiva que ambicionava apresentar. Quando, em 1836, se torna preceptor do futuro czar Alexandre II, Jomini faz uma remodelação do *Tableau*, daí resultando o *Compêndio da Arte da Guerra*, o qual, depois de ser apresentado a Nicolau I, com dedicatória datada de 6 de Março de 1837, viria a ser publicado em 1838. De então até 1855, foram surgindo novas edições, sucessivamente retocadas e aumentadas. A edição que temos o gosto de apresentar ao público de língua portuguesa é, justamente, a reprodução integral da edição definitiva do *Compêndio da Arte da Guerra*, publicada, em 1855, pela editora Tanera, de Paris.

A eclosão da Guerra da Crimeia, em 1853, vai encontrar Jomini retirado em Bruxelas, onde fixara residência desde 1848. Chamado a S. Petersburgo, faz o seu derradeiro contacto com um conflito real. Apesar da disponibilidade que demonstrou ao viajar de novo até à Rússia, não tardou a perceber que os seus conselhos eram pouco ouvidos. Quando a guerra terminou, regressou ao Ocidente, indo fixar residência em Passy, próximo de Paris, desta vez a título definitivo. Aí viveu ainda mais cerca de treze anos, rodeado pelos filhos e pelos netos, mantendo contacto com militares e historiadores de todo o mundo, vindo a falecer, em 22 de Março de 1869, tinha já a bonita idade de 90 anos.

A obra e o seu estilo

A Revolução Francesa e a época napoleónica caracterizaram-se pela eclosão de tantos conflitos que não pode surpreender que tenha surgido, sobretudo após o estabelecimento da paz na Europa, uma quantidade vastíssima de obras de índole militar. Na França, na Prússia e na Áustria, sobretudo, essa tendência para a escrita sobre temas

militares era já um hábito enraizado, mesmo antes da eclosão da Revolução Francesa.

O *Compêndio da Arte da Guerra*, concluído em 1837 e publicado no ano seguinte, faz parte, portanto, desse vasto conjunto de textos, constituindo o trabalho de referência de Jomini. O autor, estando, na época, a aproximar-se dos cinquenta anos, atinge então a plena maturidade e como que faz, nesta obra, a cuidada revisão e actualização de todos os trabalhos publicados nas três décadas anteriores. Sendo já longa a exposição pública a que se tinha submetido, Jomini sabe que são abundantes as críticas que outros autores dedicaram aos seus trabalhos, pelo que vai utilizar as páginas do *Compêndio* para reforçar as suas ideias e contra-argumentar com propriedade. Este vivo debate, que se repete ao longo de todo o livro, é, porventura, dos aspectos mais estimulantes da presente obra.

O estilo utilizado é como que a reprodução fiel de uma aula, preferida por um professor entusiasmado. Alguns autores têm expresso esta ideia de outra forma, afirmando que em tudo quanto Jomini escreve se pressente a procura de uma audiência. Como quer que seja, o estilo é este, tornando a leitura da obra muito estimulante, mesmo nos momentos de maior aridez técnica. Importa referir, todavia, que é bastante patente que escreve para militares, embora seja inegável que o faz de modo a não tornar a obra apenas compreensível para eles. Bem longe disso, o valor histórico do texto é tão evidente que seria de todo injusto e inadequado recomendar a sua leitura exclusivamente aos que fazem carreira nas instituições militares.

Sem surpresa, o método de exposição do autor recorre abundantemente à geografia e à história, aspecto que o leitor terá de ter na devida conta.

Para além dos aspectos técnicos e científicos, que mais adiante abordaremos, teremos de realçar algumas facetas do carácter de Jomini que transparecem de forma evidente ao longo do seu texto – a profunda admiração por Napoleão Bonaparte, o sentimento antibritânico que deixa perceber, a denúncia que faz das invejas entre generais do mesmo exército e, valha a verdade, a grande admiração que nutre por si próprio. Esta característica da sua personalidade, onde muitos dos seus contemporâneos vislumbravam arrogância e vaidade, não se reflecte nas suas recomendações de índole militar. Muito marcado por desilusões nos campos de batalha, o autor revela um realismo e uma

prudência notáveis, sobretudo no constante alerta que lança sobre as possibilidades do inimigo e nos prejuízos que podem resultar da arrogância de quem lidera.

A questão dos princípios

Passando, agora, à apreciação do conteúdo, importa referir que a característica essencial do texto de Jomini – sempre com o objectivo de ensinar os vindouros – é a prescrição de princípios de estratégia que ele considera imutáveis. Para tal, serve-se profusamente de exemplos da história, e, se é certo que vai buscar à acção de Frederico II da Prússia e a Napoleão a maior parte dos exemplos justificativos das suas ideias, não deixa de, por vezes, recuar até à Antiguidade Clássica para aí recolher, também, os ensinamentos em que fundamenta as suas conclusões.

Partindo das grandes campanhas de Napoleão, desde a campanha de Itália (1796-1797), prosseguindo com as de Marengo, Austerlitz, Jena e tantas outras, esse método conduz, todavia, a uma simplificação de conceitos que redundam, em vários casos, em generalizações de duvidosa consistência. Depois, ao ater-se com tanto entusiasmo às campanhas que marcam o apogeu de Napoleão, Jomini, talvez sem se aperceber disso, terá colocado nos princípios que deduziu os limites decorrentes da dificuldade de igualar as qualidades de um génio dos campos de batalha.

Atacado por simplificar excessivamente os factores cruciais da guerra, defende-se sublinhando que essa simplificação é essencial para fazer emergir um reduzido número de máximas, e, aos que o acusam de dar excessiva importância à aplicação de máximas, responde com a rejeição da ideia de que *não existe regra nenhuma*. O cariz metódico e aparentemente completo da sua obra inspiraria, por isso, grande confiança, contrastando com o teor mais filosófico da obra de Clausewitz. De facto, o «ensino militar» precisa de ideias sólidas para ministrar aos alunos, não podendo a carreira dos oficiais ficar exclusivamente dependente do somatório de técnicas com o talento e a experiência que cada um for adquirindo.

É certo que o raciocínio de Jomini se assemelha muito à apreciação de um jogo de xadrez. As pedras brancas são tão boas como as

pretas, o tabuleiro é plano e igual para os dois adversários, pelo que a vitória se inclinará para o jogador mais inteligente, mais hábil e/ou mais bem preparado. É esta a razão pela qual, diversas vezes, Jomini refere na sua argumentação que está a pressupor que estão frente a frente dois exércitos equivalentes em força, sendo esta a maneira de justificar quão importante é, para desfazer este equilíbrio, que o comandante-chefe tenha um talento superior ao do seu homólogo adversário. Claro que, quando Jomini fala de «talento», se percebe que está a pensar em Frederico e Napoleão (e alguns outros, naturalmente), mas também é verdade que ele próprio reconhece que nem todos os chefes militares possuem esse dom quase divino, esse golpe de vista que lhes permite reinar sobre os campos de batalha. É justamente por conhecer essa realidade que Jomini insiste na valorização dos chefes militares «normais», dando-lhes umas quantas máximas – surpreendentemente simples – que, no seu entender, não garantem a vitória, mas aumentam grandemente as hipóteses dela lhes sorrir.

É óbvio que a simples imagem do jogo de xadrez nos faz compreender como as ideias de Jomini foram criadas no pressuposto de conflitos a que hoje damos o nome de guerras simétricas. Mas é o próprio autor a dar realce às tremendas dificuldades que surgem quando as guerras passam a ter um cariz nacional, isto é, quando não é apenas o exército convencional que combate, configurando algo que se aproxima já do actual conceito de guerras assimétricas. Nas considerações que faz sobre as campanhas da Guerra Peninsular e da Rússia, nota-se como que um desgosto da parte do autor por ter de reconhecer que ocorrem situações absolutamente impossíveis de controlar, causadoras de um desgaste enorme num exército invasor e que obrigam a um indesejável e fatídico fraccionamento de forças.

O certo é que, no momento em que o *Compêndio* foi publicado, tinham-se criado condições que tornavam indispensável uma sólida formação dos chefes militares, o que explica a enorme aceitação da transformação da Arte da Guerra em algo de semelhante a uma ciência, necessariamente baseada em princípios, que se ensinava em *Academias*. Na verdade, o longo período de guerra que vai de 1792 a 1815 constituiu um enorme estímulo para o aparecimento de um novo militar profissional, desligado da condição de nobreza e a cujo recrutamento se seguia uma educação com vista a uma carreira, mais ou menos longa, enquadrada por regras de promoção e pela constituição

de estados-maiores permanentes. Tratava-se de uma profunda modificação. Aos exércitos profissionais de reduzidas dimensões, enquadrados por oficiais maioritariamente provenientes da nobreza, dominantes até quase ao final do século XVIII, iam seguir-se enormes exércitos de conscrição, enquadrados por oficiais profissionalizados, maioritariamente provenientes da burguesia. Tudo isso implicava uma racionalização da profissão, com o indispensável aparecimento de doutrinas que fizessem da arte da guerra um tipo de conhecimento diferente e devidamente respeitado, mesmo que sendo mais arte do que ciência. A própria questão da obediência política se tinha alterado, a partir do momento em que os altos postos das Forças Armadas haviam deixado de ser um exclusivo da nobreza.

Jomini acreditava, convictamente, que era possível reduzir as operações de guerra a alguns princípios simples e incontestáveis. Estabeleceu, mesmo, o que considerava ser o *princípio fundamental* – atacar o inimigo, com o grosso das forças disponíveis, sobre o ponto decisivo. Um conceito simples, que deveria ser de aplicação permanente.

A questão dos princípios é, aliás, fundamental na argumentação de Jomini. É-o, muito claramente, no âmbito da estratégia puramente militar (grande tática = condução das operações), onde o autor sublinha a sua aplicação em todos os tempos, não hesitando em recuar até à Antiguidade Clássica para demonstrar a perenidade da aplicação desses princípios. E, embora em menor grau, os princípios têm lugar, igualmente, no domínio da tática, ainda que aí muito mais sujeitos às evoluções dos armamentos. A permanente luta pelo estabelecimento de princípios é, de resto, um aspecto marcante da personalidade do autor, levando-o a servir como soldado consoante as oportunidades da aplicação dos princípios lhe iam surgindo: «Suíço ao serviço do seu país, depois da França e por fim da Rússia, Jomini tinha mais simpatia pelos princípios da arte da guerra do que pelas bandeiras. Nele encontramos uma indiferença política, uma objectividade rebuscada, um caso de desprendimento absolutamente único na literatura militar.»¹

Para além dos aspectos relacionados com o que designa por Política de Guerra e da ampla abordagem que faz das combinações de

(1) Bruno Colson, «Présentation», em Antoine Henri Jomini *Précis de l'Art de la Guerre*, Éditions Perrin, Paris, 2001, p. 45.

ordem estratégica e tática, a ele se fica a dever, também, a introdução do termo *logística*, embora com uma abrangência que não corresponde ao significado que possui nos nossos dias. Dedicou, ainda, um Suplemento ao que designa por Expedições Ultramarinas, nas quais analisa em pormenor as condicionantes das acções que são precedidas por um transporte marítimo. Não podemos deixar de salientar que, justamente estes dois assuntos – logística e operações conjuntas com meios navais – foram menosprezados pelo seu rival Clausewitz.

Jomini e Clausewitz

É geralmente aceite, sem controvérsias, que, na literatura militar que se produziu durante e após a Revolução Francesa e as campanhas napoleónicas, os nomes de Clausewitz e de Jomini se salientam claramente dos demais. Ambos os autores se preocuparam essencialmente com um tipo de guerra que envolveria um conjunto de potências europeias, fortemente armadas, que coexistiam no apertado espaço europeu, privilegiando uma visão da guerra marcadamente continental.

Ao longo do tempo, tem sido construída a ideia, quanto a nós errada, de que são antagónicos. Os investigadores que se têm dedicado ao estudo comparativo da obra dos dois celebrados autores têm, naturalmente, realçado sobretudo as diferenças de conceitos de um e outro, relegando para segundo plano as muitas questões em que ambos convergiam. É indiscutível que estamos perante duas sensibilidades diferentes no modo de encarar o fenómeno da guerra: um, Jomini, a tentar simplificar; outro, Clausewitz, a insistir na complexidade e na incerteza da guerra, considerando que a teoria é apenas uma forma de iluminar essa complexidade, mas não podendo servir para prescrever formas de acção. Depois, Clausewitz insistia na concepção essencialmente política da guerra, aproximando-se claramente do conceito expresso por Maquiavel. Neste último aspecto, o futuro deu razão a Clausewitz, porque mesmo no quadro de guerras assimétricas, como as que têm proliferado nas últimas décadas, a acção militar vem sendo cada vez mais manipulada por decisões políticas, situação diametralmente oposta ao preconizado por Jomini.

Mas o autor suíço não ignora completamente os problemas políticos, embora denote, nesta vertente, uma sensibilidade bem diferente

da do seu rival prussiano, porque tende a cuidar, sobretudo, dos aspectos que se relacionam directamente com a melhoria do funcionamento da máquina militar. É isso que faz quando sublinha que «a primeira forma de estimular o espírito militar é envolver o exército com toda a consideração pública e social» ou quando, seguindo as pisadas de Maquiavel, declara existirem «suficientes motivos para decidir um príncipe a pôr-se em pessoa à cabeça dos seus exércitos, desde que nele se manifeste uma nítida vocação e a luta seja digna do seu empenho pessoal»!¹ Neste último caso, é manifesto que as figuras de Frederico II e de Napoleão, reunindo na mesma pessoa o chefe político e o comandante-chefe, lhe parecem o paradigma da liderança da guerra.

A polémica em torno dos dois famosos autores não resulta, exclusivamente, do esgrimir de ideias entre os que se dedicaram a estudar e discutir as suas obras. Enquanto vivos, ambos comentaram o que o outro havia escrito, mais Jomini sobre Clausewitz do que Clausewitz sobre Jomini, o que se compreende, atendendo a que o suíço sobreviveu 38 anos ao prussiano. Vejamos, então, alguns trechos dessa mútua apreciação, sublinhando as diferenças que importa identificar no pensamento dos dois autores.

Falecido em 1831, Clausewitz não pôde, naturalmente, ler nem comentar o *Compêndio da Arte da Guerra*, mas nem por isso deixou de referir-se aos escritos que, muito antes da sua morte, Jomini dera à estampa. Desde logo, foi patente que existiam algumas discordâncias de tomo entre as abordagens que um e outro faziam à questão da teorização da Arte da Guerra. Em 1808, num dos seus primeiros escritos, o autor prussiano fazia um comentário ao *Traité de grande tactique*, de Jomini, no qual, embora reconhecendo que as suas ideias eram mais sólidas do que as de Büllow, não deixava de referir que «para avaliar as suas abstracções pelo justo valor, interroguemo-nos, em consciência, se estamos dispostos a dar a totalidade da prática de Frederico II, enquanto chefe de guerra, em troca de algumas proposições gerais tão fáceis de enunciar. [...] Não creio que Jomini tenha afirmado o que

(1) Maquiavel defendeu a seguinte tese: «É dever de um príncipe, por conseguinte, não ter outro objectivo nem outra preocupação nem ocupar-se do que quer que se situe fora do âmbito da guerra e da sua preparação e conduta, porque ela é a única arte destinada aos que lideram». (*O Príncipe*, Cap. XIV)

quer que seja que possamos designar de propriamente falso, mas fez muitas vezes passar por essencial o que não é senão accidental».¹

Mais tarde, em *Da Guerra* (Livro II – cap. II), Clausewitz volta a divergir do autor suíço, expressando-se do seguinte modo:

«Sendo a superioridade numérica uma condição material, foi escolhida, dentre todos os factores necessários para a obtenção da vitória, porque podia ser regulado por leis matemáticas através de combinações de tempo e espaço. Pensaram que era possível deixar de parte as demais circunstâncias, partindo do princípio de que eram iguais em ambos os lados, neutralizando-se mutuamente. Este cálculo teria sido aceitável se tivesse sido feito com a finalidade de obter um conhecimento preliminar sobre este factor, de acordo com as suas relações; mas estabelecer para sempre a superioridade numérica como única lei e ver todo o segredo da arte da guerra na fórmula – *no momento certo e no ponto certo empregar um potencial superior* – é uma restrição que não resiste à força da realidade.»

Sendo perceptível a prudência desta crítica, parece evidente que Clausewitz fez uma interpretação muito restrita da ideia de *massa* ou *potencial superior*, porque se entendermos estes conceitos na fórmula moderna do cálculo do potencial de combate, vamos ter em conta muito mais factores do que a simples contagem dos efectivos em pessoal. Não é por acaso que, passados quase duzentos anos, a maior parte dos exércitos contemporâneos continua a inscrever nos seus Regulamentos de Operações os tradicionais Princípios da Guerra, dentre os quais se destaca o *Princípio da Massa*, que, logo no seu início, estabelece o seguinte:

«A fim de alcançar o sucesso, deve empregar-se um potencial de combate superior ao do inimigo no local e no momento decisivo.»²

(1) Carl von Clausewitz, *De la révolution à la restauration*. Escritos e cartas – escolha de textos traduzidos do alemão e apresentados por Marie-Louise Steinhauser, Paris, Gallimard, 1976, pp. 55-56. [Conforme citação de Bruno Colson, «Présentation», in Antoine Henri Jomini *Précis de l'Art de la Guerre*, Éditions Perrin, Paris, 2001, p. 26]

(2) *RC 130-1 Operações*, Volume I, Estado-Maior do Exército, Lisboa, 1987, p. 3-2.

Parafrazeando o próprio Clausewitz, fica assim demonstrado que, se restrição é, resistiu muito bem «à força da realidade».

Com o desaparecimento de Clausewitz, Jomini ficou sozinho neste debate, restando *Da Guerra* como testamento final do grande autor prussiano. Sendo um homem de carácter combativo, sempre disponível para uma boa polémica, Jomini não viu motivos para poupar o falecido rival à discussão que a sua famosa obra lhe sugeria. No Prefácio deste *Compêndio*, deixa esta apreciação mordaz, sem direito a réplica:

«Este conjunto de obras fez grande sensação na Alemanha. Pela minha parte, lamento que as tenha escrito antes que o autor tenha tido a possibilidade de conhecer o meu *Compêndio da Arte da Guerra*, pois estou persuadido de que lhe teria prestado alguma justiça.

Não poderemos contestar a grande instrução do general Clausewitz e a sua pena fácil. Mas esta pena, por vezes algo vagabunda, é sobretudo demasiado pretensiosa para uma discussão didáctica, na qual a simplicidade e a clareza devem constituir o primeiro mérito. Além disso, o autor mostra-se demasiado céptico relativamente à ciência militar. O seu primeiro volume não é mais do que uma declamação contra toda a teoria da guerra, enquanto que os dois volumes seguintes, cheios de máximas teóricas, demonstram que o autor acredita na eficácia das suas doutrinas, embora não o faça relativamente às dos outros.

Por mim, confesso, não fui capaz de encontrar neste sábio labirinto senão um pequeno número de ideias luminosas e de artigos notáveis. E, longe de ter partilhado do cepticismo do autor, nenhuma obra teria contribuído mais do que a sua para me fazer sentir a necessidade e a utilidade das boas teorias, se alguma vez tivesse pensado de modo contrário. Importa, apenas, alcançar um bom entendimento acerca dos limites que lhes devemos estabelecer para não cair num pedantismo pior do que a ignorância. Sobretudo, é preciso compreender bem a diferença que existe entre uma teoria de princípios e uma teoria de sistemas.»

Como juízo global, este comentário já era bastante severo para com Clausewitz, mas não ficaria por aqui esta espécie de ajuste de contas. Mais adiante, ainda nesta obra, Jomini é até mais cortante, acusando-o mesmo de plagiar algumas das suas obras:

«As obras de Clausewitz foram incontestavelmente úteis, ainda que, muitas vezes, isso se deva menos às ideias do autor do que às ideias opostas que faz nascer. Teriam sido ainda mais úteis se não fosse o facto do seu estilo pretensioso as tornar, frequentemente, ininteligíveis. Mas se como autor didáctico levantou mais dúvidas do que desvendou verdades, como historiador crítico foi um imitador pouco escrupuloso. As pessoas que leram a minha *Campagne de 1789*, publicada dez anos antes da sua, não contestarão o que acabo de afirmar, pois não houve uma só das minhas reflexões que ele não tenha repetido.»

Mais à frente, lança para o debate a sua maior experiência de campanha, afirmando em tom algo inflamado e intencionalmente contundente:

«Se o Sr. general de Clausewitz tivesse estado tantas vezes como eu em situação de levantar estes problemas e de os ver solucionados, não teria duvidado da eficácia das teorias de guerra baseadas nos princípios, porque só essas teorias poderão servir de guia para semelhantes soluções. Os seus três volumes sobre a guerra provam, claramente, que, numa situação idêntica àquela em que se encontrava o duque de Brunswick, em 1806, também ele estaria tão embaraçado, como o comandante prussiano, sobre qual a decisão que deveria tomar. A irresolução parece ser o apanágio dos espíritos que de tudo duvidam.»

Depois da 1ª Guerra Mundial, o notável especialista de assuntos militares que foi B. H. Liddell Hart não teve dúvidas em atribuir a Clausewitz, não a Jomini, grande parte das culpas da carnificina ocorrida, na Frente Ocidental, entre 1914 e 1918. Liddell Hart atribuía ao general prussiano a obsessão da Grande Batalha e do choque directo de exércitos. O célebre autor britânico não deixou de referir a importância de regressar ao combate em que a vitória deveria ser fruto da mobilidade, da audácia e da habilidade, privilegiando, naturalmente, uma estratégia indirecta.

Repercussões

Uma boa parte do sucesso das obras de Jomini, sobretudo no pós-1815, deve-se ao facto do tremendo abalo sofrido pela Europa com a Revolução Francesa e o Império ter suscitado um misto de receio e de fascínio a que importava pôr ordem, «de certo modo fazendo com que o «génio» francês regressasse à garrafa. Jomini, com o ênfase que colocou na estratégia, nos textos biográficos e na ciência, respondeu a este desejo».¹ E fê-lo tão bem, que logrou apresentar a arte militar numa perspectiva socialmente tranquilizante, completamente desligada do espírito da Revolução. Terá falhado, apenas, na sobrevalorização do *saber militar*, conceito que, naturalmente, agradava aos chefes militares, mas inquietava os governos, nada dispostos a atribuir a missão ao generalíssimo e, depois, a deixá-lo em roda livre.

A aceitação das suas ideias foi deveras notável. Acompanhando as sucessivas edições, foram surgindo as primeiras traduções: alemão (1839), espanhol (1840), inglês (1854) e italiano (1855).

Tendo atravessado o Atlântico, quando se dá a eclosão da Guerra Civil Americana ambos os contendores estão já preparados para seguir as prescrições de Jomini, o qual, de resto, continuará presente na cultura militar americana até ao final do século XX. Nos anos 80, o general americano Donn A. Starry, pai da doutrina *AirLand Battle*, afirmava que a mesma assentava em três pilares fundamentais: Napoleão interpretado por Jomini, a revolução industrial e a tecnologia moderna.² Mas um dos aproveitamentos eventualmente mais surpreendentes da sua obra, nos Estados Unidos da América, foi o que resultou de uma iniciativa do almirante Stephen B. Luce, fundador do *Naval War College*, de Newport, já no final do século XIX. Para ensinar a guerra naval, o almirante recorreu ao comandante Alfred T. Mahan, propondo-lhe que se baseasse em Jomini. Com essa iniciativa, Luce iria fornecer a Mahan um método assente nas analogias entre a guerra

(1) John Shy, *Jomini, in Makers of Modern Strategy – From Machiavelli to the nuclear age*, Ed. Peter Paret, Clarendon Press – Oxford, 1986, p. 162.

(2) Donn A. Starry, «A Perspective on American Military Thought», *Military Review*, 69, Julho de 1989, p. 3.

terrestre e a guerra naval!¹ Mahan seria, de resto, um incessante entusiasta da obra de Jomini, não perdendo nenhuma oportunidade para insistir na sua leitura.

Em Inglaterra, entretanto, a apreciação da obra de Jomini ficou sempre prejudicada por aquilo que vários autores designavam como a sua falha em compreender a tática de Wellington. Talvez se tenha tratado de algo um pouco diferente. Não é preciso ser súbdito de Sua Majestade britânica para, ao ler a obra de Jomini, concluir que existe uma ligação afectiva do autor suíço relativamente a Napoleão e um certo ressentimento para com Wellington. Em linguagem futebolística actual, Jomini comporta-se como o adepto de uma grande equipa que vai para uma final, ao mais alto nível, e assiste a uma exibição portentosa dos seus ídolos, em constante pressão ofensiva, mas que acabam derrotados por um adversário que defende muito bem e consegue espreitar a melhor oportunidade para, num rápido contra-ataque, garantir o que parecia ser uma improvável vitória. Depois, Jomini queixa-se do estado do terreno de jogo, das condições meteorológicas e de que os adeptos da equipa adversária lançavam objectos contundentes contra os seus, recordando que nos «estádios» da Europa Central, tudo se passara de modo diferente, com muitas e brilhantes vitórias. Mas apesar desta postura algo «clubista», muitos autores britânicos não deixaram de sublinhar a riqueza da sua obra, citando frequentemente Jomini a par das grandes figuras militares dos séculos XVIII e XIX, emparelhando-o com Frederico II, Napoleão, arquiduque Carlos e Napier.

Na Rússia, teve lugar um ressentimento semelhante, porque não faltou quem criticasse Jomini por realçar tanto a mestria de Napoleão, esquecendo-se de Kutuzov, que o derrotou²

Se, no plano estratégico, os conceitos jominianos provaram ser sólidos e bem fundamentados, o mesmo não se poderá dizer de tudo

(1) Bruno Colson, «Jomini, Mahan et les origines de la stratégie maritime américaine», *L'Évolution de la pensée navale*, dir. de Hervé Coutau-Bégarie, Paris, FEDN, 1990, pp. 135-151.

(2) Pavel A. Jiline, *La destruction de l'armée napoléonienne en Russie*, Moscou, Editions de l'Académie des sciences d'URSS – Institut d'histoire militaire, 1974. [Conforme citação de Bruno Colson, *Présentation*, em Antoine Henri Jomini *Précis de l'Art de la Guerre*, Éditions Perrin, Paris, 2001, p. 40]

quanto prescreveu em matéria de tática. Ele próprio, de resto, não deixou de referir como era incomparavelmente mais difícil estabelecer máximas para aplicação tática, porque as variáveis eram muito maiores do que as que se tinham de considerar nas combinações estratégicas. Mas a leitura do *Compêndio* permite compreender como Jomini e tantos outros autores do seu tempo falharam na previsão do crescente poderio destruidor das armas de fogo, primeiro com a introdução da espingarda de culatra móvel e depois com os extraordinários aperfeiçoamentos da artilharia e o aparecimento das metralhadoras. As vitórias de 1866 e 1871 resultaram, sobretudo, da superioridade tecnológica e organizativa evidenciada pelos prussianos, para cuja resposta nem Austríacos nem Franceses se mostraram preparados.

Mas se o futuro se encarregou de desatualizar alguns dos conceitos defendidos por Jomini, acabou, também, por lhe conferir uma assinalável vitória, com o imparável crescimento da cultura militar, cada vez mais se assemelhando a uma ciência independente das demais. É que a própria rarefacção das guerras iria implicar períodos de paz mais alongados – sobretudo em matéria de conflitos em que se confrontassem entre si as grandes potências europeias –, inviabilizando a produção de chefes militares feitos com base na experiência. O oficial que em todos os postos, de alferes a general, colhia uma quase permanente experiência de combate, foi algo que começou gradualmente a desaparecer. Daí que os conhecimentos tivessem que ser ministrados essencialmente por via do ensino, dando à produção da doutrina militar uma importância crescente.

Por fim, importa referir que o *Compêndio* não é apenas um repatório de princípios e conceitos do âmbito da ciência militar, naturalmente sujeitos à erosão do tempo e às inovações tecnológicas. É, também, uma obra verdadeiramente admirável de História Militar e sobre a História Militar. Por tais motivos a consideramos indispensável para quantos se queiram iniciar no vasto tema da História Militar e, muito especialmente, a quantos se dediquem ao estudo das guerras da Revolução e das campanhas de Napoleão. Nesse particular, o valor da obra de Jomini é inatacável e permanecerá como um marco indelével de um dos períodos mais decisivos da construção da modernidade.

Tradução e terminologia

Conforme dissemos atrás, Jomini escreve para militares, parecendo, muitas vezes, que o faz, sobretudo, para os militares franceses, usando termos que dificilmente serão perfeitamente compreensíveis por militares de outros exércitos, não esquecendo que o próprio autor, algumas vezes, avança com termos sob a forma de «proposta». Nenhuma dessas dificuldades do âmbito da terminologia constitui, porém, obstáculo à perfeita compreensão do seu texto, porque a clareza de conceitos é uma das características do autor.

No entanto, os mais entendidos na terminologia militar contemporânea não deixarão de notar que algumas expressões utilizadas por Jomini não têm exactamente o mesmo significado de iguais expressões actualmente em uso. É, notoriamente, o caso dos termos *teatro da guerra*, *teatro de operações* e *zona de operações*, os quais definem uma ideia de espaço que não é perfeitamente coincidente com a das doutrinas modernas. Como não fazia sentido que o tradutor fizesse uma correcção terminológica, para modernizar o texto, optámos pela tradução literal do original em língua francesa, respeitando, assim, a antiguidade da obra. Esta opção, como atrás dissemos, em nada dificulta ou atraiçoa a compreensão do texto.

Acrescentaremos, ainda, uma advertência que julgamos essencial, sobretudo dirigida aos leitores com formação militar: ao compararem a terminologia usada no texto, devem ter em consideração que o tipo de guerra nele relatado não tem as características dos conflitos de frentes saturadas, como foram as duas Guerras Mundiais do século XX. A existência de enormes espaços livres nos flancos das unidades torna completamente inadequada a comparação com a organização de um teatro de operações como os que estudámos nas últimas décadas.

Um termo houve que ainda nos fez hesitar um pouco, por não ser muito utilizado na literatura militar portuguesa. Tratava-se de traduzir a expressão francesa *combinaison*, que o autor emprega constantemente no seu texto. Depois de uma longa reflexão, optámos, uma vez mais, pela tradução literal – *combinação* –, a partir do momento em que deixámos de duvidar da sua inteligibilidade, isto é, algo muito próximo de *análise ou estudo, tendo em consideração todas as variáveis da guerra, para depois decidir e executar, fazendo interagir todos os meios disponíveis*.

O autor foi pródigo na inclusão de notas de rodapé, através das quais acrescenta ideias, tece comentários ou contra-argumenta. Pela nossa parte, acrescentámos um número elevado de notas do tradutor, *devidamente assinaladas*, com o intuito de facilitar a leitura da obra, sobretudo no tocante a informações de ordem geográfica e biográfica, procurando amenizar a dificuldade que resulta do facto do autor citar o nome de muitas personalidades que não pertencem ao número das que são mais comumente conhecidas.

Por último, há que referir que a tradução manteve a divisão em parágrafos feita pelo autor, embora, ocasionalmente, essa divisão possa parecer inadequada. Nada, porém, que inviabilize o perfeito entendimento do texto.

David Martelo

Granja, Abril de 2009